

ARTIGO <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5635>**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DE SISTEMA E A
NECESSIDADE DE LEGITIMIDADE POLÍTICA****INSTITUTIONAL EVALUATION: ANALYSIS OF SYSTEM EVALUATION AND THE
NEED FOR POLITICAL LEGITIMACY****EVALUACIÓN INSTITUCIONAL: ANÁLISIS DE LA EVALUACIÓN DE SISTEMA Y
LA NECESIDAD DE LEGITIMIDAD POLÍTICA***Claudia Pereira de Pádua Sabia*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Brasil

Resumo: A avaliação de larga escala percorreu um longo caminho desde a década de 1.990 e apesar das críticas e das contradições que a temática envolve vem sendo ampliado o debate em torno de seus resultados, formatos e consequências de sua implementação na sala de aula. As avaliações de sistema vêm informando desde suas primeiras edições que a aprendizagem não está ocorrendo na educação básica de nossas escolas do país. O estudo tem como objetivo refletir sobre os resultados da avaliação externa pelos atores da escola na avaliação institucional visando sua utilização para o planejamento pedagógico. É a avaliação institucional que possibilita a legitimidade política dos dados disponibilizados na avaliação externa através da negociação entre “os que fazem a escola”. Embora a ênfase neste trabalho sobre a avaliação institucional tenha sido sob o ângulo da reflexão dos resultados da avaliação de sistema, ressaltamos a necessidade de outros indicadores qualitativos elencados pelo coletivo que contribua para o resgate da finalidade da escola. A metodologia utilizada são as pesquisas bibliográfica e documental. Como resultados, apresentamos o crescimento das pesquisas de avaliação para o apoio pedagógico, o aprimoramento dos Boletins Pedagógicos elaborados pelas Secretarias Estaduais de Educação, além de algumas iniciativas como o PIP – Plano de Intervenção Pedagógica e o Monitoramento da Aprendizagem.

Palavras-Chave: Avaliação de larga escala. Avaliação Institucional. Sistema Nacional de Avaliação.

Abstract: Large-scale evaluation has come a long way since the 1990s and despite the criticisms and contradictions that the issue involves, the debate about its results, formats and consequences of its implementation in the classroom has been broadened. The system evaluations have been informing from their first editions that the learning is not happening in the basic education of our schools of the country. The study aims to reflect on the results of the external evaluation by the school actors in the institutional evaluation aiming its use for pedagogical planning. It is the institutional evaluation that allows the political legitimacy of the data available in the external evaluation through negotiation between "those who do the school". Although the emphasis in this work on institutional evaluation has been to reflect the results of the system evaluation, we emphasize the need for other qualitative indicators listed by the collective that contribute to the recovery of the purpose of the school. The

methodology used is bibliographical and documentary research. As a result, we present the growth of evaluation surveys for pedagogical support, the improvement of the Pedagogical Bulletins prepared by the State Secretariats of Education, as well as some initiatives such as the PIP - Pedagogical Intervention Plan and the Monitoring of Learning.

Keywords: Large scale evaluation. Institutional Evaluation. National Evaluation System.

Resumen: La evaluación a gran escala ha recorrido un largo camino desde la década de 1.990 ya pesar de las críticas y de las contradicciones que la temática involucra se viene ampliando el debate en torno a sus resultados, formatos y consecuencias de su implementación en el aula. Las evaluaciones de sistema vienen informando desde sus primeras ediciones que el aprendizaje no está ocurriendo en la educación básica de nuestras escuelas del país. El estudio tiene como objetivo reflexionar sobre los resultados de la evaluación externa por los actores de la escuela en la evaluación institucional visando su utilización para la planificación pedagógica. Es la evaluación institucional que posibilita la legitimidad política de los datos disponibles en la evaluación externa a través de la negociación entre "los que hacen la escuela". Aunque el énfasis en este trabajo sobre la evaluación institucional ha sido bajo el ángulo de la reflexión de los resultados de la evaluación del sistema, resaltamos la necesidad de otros indicadores cualitativos enumerados por el colectivo que contribuya al rescate de la finalidad de la escuela. La metodología utilizada son las investigaciones bibliográfica y documental. Como resultados, presentamos el crecimiento de las investigaciones de evaluación para el apoyo pedagógico, el perfeccionamiento de los Boletines Pedagógicos elaborados por las Secretarías Estaduales de Educación, además de algunas iniciativas como el PIP - Plan de Intervención Pedagógica y el Monitoreo del Aprendizaje.

Palabras clave: Evaluación a gran escala. Evaluación Institucional. Sistema Nacional de Evaluación.

Introdução

Iniciamos nosso estudo apresentando a conceituação da avaliação de larga escala implementada no país a partir da década de 1.990. Conforme Werle (2010),

[...] a avaliação de larga escala é um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema, mesmo que utilizando procedimentos amostrais, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema. Portanto, a avaliação de larga escala sempre é uma avaliação externa às instituições escolares. (WERLE, 2010, p. 22).

Consideramos que a avaliação de larga escala percorreu um longo caminho desde a década de 1.990 e apesar das críticas e das contradições que a temática envolve vem sendo ampliado o debate em torno de seus resultados, formatos e consequências de sua implementação na sala de aula.

O estudo tem como objetivo refletir sobre os resultados da avaliação externa pelos atores da escola na avaliação institucional visando sua utilização para o planejamento pedagógico. A metodologia utilizada são as pesquisas bibliográfica e documental.

Para desenvolver este estudo, optamos por iniciar com breve retrospectiva histórica da implementação do sistema nacional de avaliação e a criação das avaliações de larga escala no Brasil. Na sequência abordar a avaliação institucional como uma etapa indispensável para a escola coletivamente refletir sobre seus objetivos de modo a reorientar suas ações.

Sistema Nacional de Avaliação

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, teve início a Reforma do Estado e foram aprovadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 (Lei nº 9.394/96) e demais legislações complementares que propiciaram a implementação do sistema nacional de avaliação da educação no Brasil.

Oliveira (1999) nos esclarece o direcionamento da reforma do Estado afirmando que:

[...] o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) propõe, em 1995, uma reforma pela qual o Estado é revisto, uma vez que este ‘deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento’. Nesse sentido são explicadas as privatizações que vêm ocorrendo, uma vez que se pretende ‘transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado’, além de propor a ‘descentralização para o setor público não estatal de execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. (OLIVEIRA, 1999, p.71)

O MARE está contido numa composição mais ampla de reformas neoliberais. Para Silva (1995, p.45), se quisermos compreender as estratégias que o projeto neoliberal no Brasil tem reservada para a educação “é importante compreender que esse processo é parte de um seguimento internacional mais amplo”. Para o autor, o projeto neoliberal busca a redefinição da educação em termos de mercado, ou seja, tem como eixo orientador o próprio mercado.

Sob outra perspectiva, Horta Neto (2015) informa também a importância do Plano Diretor da Reforma do Estado, destacando que

Neste Plano estão indicadas algumas diretrizes que influenciariam determinantemente o processo educacional brasileiro. Dentre elas, podemos citar a descentralização, como uma nova visão para a gestão das instituições públicas, balizadas pelo princípio da eficiência, autonomia e participação

social; esta última considerada como fator de “melhoria da qualidade e eficiência na prestação do serviço público”(BRASIL/MARE, 1995^a,p.5) Uma outra questão que ganha relevância no Plano é a qualidade dos serviços prestados pelo Estado. (HORTA NETO, 2015, p.102).

O autor citado complementa que o Plano propõe ainda a implantação de uma sistemática de avaliação, a partir da construção de indicadores de desempenho.

Além da implementação da Reforma do Estado, as reformas educacionais iniciadas nesta década foram recomendadas por vários organismos internacionais. Torres (2001), ao fazer um balanço dos dez anos da Conferência Educação para Todos, ocorrida em Jontien (Tailândia) em 1990, analisa que:

[...] a uniformização da política educativa em escala global está vinculada ao crescente peso dos organismos internacionais no projeto e na execução da política educativa nos países em desenvolvimento. Isso vale particularmente para o Banco Mundial, o sócio mais forte da Educação para Todos, que liderou o cenário educativo na década de 1990. (TORRES, 2001, p.79)

Segundo a autora citada, o pacote de reforma educativa recomendado aos países em desenvolvimento, principalmente para a reforma da educação primária inclui: empréstimos e assessoria técnica da banca internacional para o diagnóstico, delineamento e execução da reforma; primazia da análise econômica na definição de problemas e das prioridades; ênfase na educação básica (e transferência dos recursos do ensino superior); “foco na pobreza” e nas políticas de compensação ou de “discriminação positiva” para os grupos mais desfavorecidos ou em “risco”; reforma administrativa como prioridade, elemento central e articulador, e papel secundário da reforma curricular e pedagógica; descentralização da gestão e da autonomia da instituição escolar; ênfase na avaliação do rendimento escolar e na implantação de sistemas nacionais de avaliação de resultados; ênfase na tecnologia educativa, dentre outras.

Cabe reiterar, à ênfase na avaliação do rendimento escolar e na implantação dos sistemas nacionais de avaliação dos resultados “recomendados” na Conferência citada, em que o Banco Mundial foi seu patrocinador principal.

De acordo com Bonamino e Franco (2015) a origem do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB):

Relaciona-se com demandas do Banco Mundial (BM) referentes à necessidade de desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do Projeto, segmento Educação, no âmbito do VI Acordo MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD (Brasil, 1988). Tal demanda ainda, aliada ao interesse do MEC em implementar um sistema

amplo da avaliação da educação, levou a iniciativas que redundaram na criação do sistema nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP. (BONAMINO; FRANCO, 2015, p.110)

Os autores citados informam ainda que, em 1988, houve uma aplicação piloto do SAEP nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte para testar a pertinência e adequação dos instrumentos e procedimentos. Entretanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto.

Conforme Bauer (2010), muitos dos programas de avaliação foram desenvolvidos a partir de 1995, quando a V Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo aprovou o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento de Sistemas Nacionais de Avaliação da Qualidade da Educação em San Carlos de Bariloche.

O contexto do desenvolvimento da avaliação de sistemas no Brasil é explicitado por Bonamino (2002):

No final dos anos 80, o reconhecimento da inexistência de estudos que mostrassem mais claramente o atendimento educacional oferecido à população e seu peso sobre o desempenho dos alunos dentro do sistema escolar conduziu as primeiras experiências de avaliação de primeiro grau. Já nos anos 90, o sistema de avaliação da educação básica passa a inserir-se em um conjunto mais complexo de inter-relações, em cujo interior operam o aprofundamento das políticas de descentralização administrativa, financeira e pedagógica da educação, um novo aparato legal e uma série de reformas curriculares. (BONAMINO, 2002, p.15-16).

Para esta autora, a lógica do desenvolvimento dos sistemas de avaliação se baseava na preocupação com os índices e a qualidade dos serviços educacionais e pela necessidade de um gerenciamento eficaz dos recursos disponíveis para a educação, valorizavam as informações obtidas por meio de aplicação de testes aos alunos como suporte à tomada de decisões na área educacional.

Portanto, a implantação do sistema nacional de avaliação aliava-se perfeitamente ao novo papel do estado “avaliador ou regulador”. A avaliação de programas e sistemas educacionais começa a exercer função de controle sobre os serviços educacionais e prestação de contas tanto ao Estado quanto à sociedade.

O estudo de Gatti (2015) indica também a preocupação do Ministério da Educação com os primeiros resultados dos processos de avaliação realizados no final da década de 1980, pois os mesmos eram “muito aquém do esperado”. Cabe reiterar a análise da autora, de que

[...] as avaliações de rendimento escolar realizadas entre 1988-1991 trouxeram o impacto dos baixos resultados médios, muito aquém do

esperado, que repercutiram tanto no Ministério, como nas Secretarias de Educação e na mídia, criando nas instituições públicas interesse pelos processos avaliativos. [...] Estes primeiros estudos abrangentes de alunos e escolas serviram de base para a implantação do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Brasileira. (GATTI, 2015, p.44)

A partir das previsões legais (Lei 9.394/96 e demais legislações complementares e/ou regulamentadoras), foi criado o Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB), em nível nacional, desde o ano de 1990. Nesta década foi criado ainda, o Exame Nacional de Cursos (ENC) para avaliar os cursos superiores em 1996 (atual ENADE), e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998. Destacamos também que nesta década vários estados brasileiros implementam seus sistemas de avaliação.

Retomando, as avaliações em larga escala, em nível nacional, destacamos que em 2005, foi criado a ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, conhecida como Prova Brasil, através do desmembramento do SAEB.

O sistema nacional de avaliação buscava em um primeiro momento um diagnóstico geral dos sistemas de ensino. A partir da Prova Brasil, buscou-se estabelecer relações com cada uma das escolas participantes da rede, ao divulgar os resultados de cada escola participante, bem como, a divulgação do indicador IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Criado em 2007, este indicador pondera os resultados da Prova Brasil e os indicadores de desempenho captados pelo censo escolar (evasão, aprovação e reprovação). O IDEB varia de zero a dez, desdobrável por estado e município e redes de ensino e escola.

A criação do IDEB ocorreu neste ano quando o Ministério da Educação e Cultura – MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação. Tal plano foi lançado concomitantemente ao Decreto nº 6.094/2007, que instituiu o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”.

Após este breve histórico da implantação do sistema nacional de avaliação, citamos alguns autores (as) como Barreiros (2002), Arelaro (2007), Freitas (2007), Fischer (2010), Bonamino; Souza (2012), Santos; Sabia (2015) que teceram críticas as avaliações de larga escala sob diferentes perspectivas.

Entretanto, apesar das críticas e dos limites das avaliações de larga escala, consideramos as avaliações externas necessárias, pois, as mesmas vêm informando desde suas primeiras edições que a aprendizagem não esta ocorrendo na educação básica de nossas escolas do país. Portanto, identificamos uma evolução das pesquisas em avaliação educacional considerável nos últimos trinta anos e os estudos, bem como eventos importantes

sobre este tema vêm enfatizando a necessidade de aperfeiçoamentos, redirecionamentos e informações complementares visando sua utilização para o planejamento pedagógico.

Para ilustrar nossa afirmação, buscamos apoio em Gatti (2014), que mencionando sobre a Teoria de Resposta ao Item (TRI), utilizada em várias avaliações de sistema, relata que não tem sido feito um questionamento mais profundo se esse procedimento é adequado para todas as situações, apenas adere-se.

Não se levanta a questão relevante sobre a contribuição pedagógica para as escolas dessa escala, no formato divulgado, e também não se faz considerações sobre a perda de informações educacionais importantes como, por exemplo, a análise dos erros em uma perspectiva curricular, que muito informam sobre caminhos cognitivos e contribuem para planejamentos pedagógicos. **Poderíamos pensar menos em comparações e pensar mais em contribuições.** Diversificar os modelos adotados, especialmente em estados e municípios, poderia trazer outras informações pedagógicas, mais aderentes às localidades e com mais significado para os professores, diretores, os pais, contribuindo mais diretamente para planejamento de ensino. (GATTI, 2014, p.22-23) (grifo meu)

Consideramos que as avaliações externas deveriam ser utilizadas para orientar o trabalho do professor e sua prática docente, num processo de ação-reflexão-ação. De acordo com Oliveira (2011, p. 137) as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais com o objetivo de produzir informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”.

Diante do contexto apresentado, enfatizamos a necessidade das avaliações de larga escala ter significado para os professores, e, portanto, questionamos: como a avaliação de larga escala poderia contribuir para o planejamento pedagógico dos professores? E os gestores, discutem os resultados da avaliação de larga escala com os demais segmentos (professores, alunos, funcionários e pais) na avaliação institucional da escola?

A partir destes questionamentos, abordaremos no próximo tópico, a avaliação institucional.

Avaliação Institucional

Retomando os questionamentos que fizemos neste estudo, entendemos que a escola deve utilizar os resultados das avaliações externas para repensar suas ações, ou seja, se autoavaliar. A autoavaliação é uma das etapas previstas na elaboração do projeto político

pedagógico - PPP. O PPP deve ser construído com a participação de todos os atores da escola, proporcionando o comprometimento com seus objetivos.

Freitas et al. (2012) corrobora nossa afirmação, “ [...] a referência para a avaliação institucional está no projeto político pedagógico da escola. Ele reflete compromissos do coletivo”. O autor ainda define o PPP,

[...] por projeto político-pedagógico entendemos uma proposta de trabalho da escola elaborada coletivamente que orienta (e responsabiliza) a ação de seus atores, bem como formaliza demandas ao poder público e cria as condições de trabalho adequadas na escola. É portanto, um instrumento vivo e dinâmico que pauta compromissos bilaterais, onde o protagonismo é da escola. (FREITAS et al, 2012, p.40)

Destacamos também a definição de Veiga (1998). para quem

[...] o projeto político-pedagógico explicita os fundamentos teórico-metódicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. As modificações que se fizerem necessárias resultam de um processo de discussão, avaliação e ajustes permanentes do projeto pedagógico. (VEIGA, 1998. p.13)_

Portanto, a avaliação institucional é necessária para que os objetivos do PPP sejam reavaliados, revistos e novas ações e direcionamentos sejam implantados.

É na implementação da sua avaliação institucional com a participação dos segmentos da escola que a mesma irá elencar os indicadores que serão considerados para identificar se os objetivos da escola estão sendo atingidos ou não, e o que fazer diante deste diagnóstico.

Cabe destacar as definições da avaliação institucional conforme os seguintes autores:

[...] um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar a tomada de decisão quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referência princípios e finalidades estabelecidos no projeto da escola, ao tempo em que subsidia a sua própria definição. (SOUSA, 1995, p.63)

[...] Avaliação institucional é um processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para melhoria da qualidade da instituição escolar. (FERNANDES; BELLONI, 2001, p. 23).

Um projeto que permite o balanço dos rumos da instituição em busca de qualidade. Como processo, a avaliação institucional constitui um serviço prestado a sociedade na medida em que os participantes da instituição possam repensar seus compromissos e metas, modos de atuação e finalidades de suas práticas e de sua missão. (LEITE, 2005, p.23).

A avaliação institucional da escola consiste em um processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e prática escolares, em seus desdobramentos e interações, tendo como objetivo contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional e seus resultados. (LUCK, 2012, p.39)

Ao tomar esses conceitos como referência, concebemos a avaliação institucional como um processo sem fim, contínuo, de busca constante na melhoria do ensino que pressupõe e exige predisposição a mudança, visando à escola como um todo, levando em consideração os olhares de seus agentes.

Acrescentamos ainda, a definição de Dias Sobrinho (2003, p.177) de que a “avaliação educacional é uma prática social orientada, sobretudo, para produzir questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo [...]”.

Desse modo, consideramos a avaliação institucional como um instrumento de potencialidade para a escola se apropriar da avaliação externa, conjugando-a com outros indicadores qualitativos que lhe permitam “olhar para si mesma”, exercer sua autonomia, resgatando a finalidade da escola e não sendo “arrastada” e ficando a mercê apenas dos indicadores externos quantitativos. Mas também buscando compreender o que os mesmos estão indicando, indispensáveis para a tomada de decisões.

A partir de nossas colocações, vislumbramos a potencialidade da avaliação institucional, embora conscientes de seus limites e que sua elaboração coletiva seja uma tarefa complexa.

Grochoska (2013), em seu estudo sobre o processo de autoavaliação institucional desenvolvido numa escola de educação básica da região metropolitana de Curitiba-PR, afirma que

[...] ao final (ou seria início?) desse processo, o aspecto a ser levantado é a inclusão da autoavaliação institucional no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento da Instituição. Muitas escolas até contemplam esse item em seus documentos ou encaminhamentos; no entanto, percebe-se que ainda são poucas as instituições que, de fato, concretizam essa prática de forma emancipatória para a tomada de decisão e melhoria do espaço escolar. (GROCHOSKA, 2013, p.109)

Esta informação da autora é também apontada por Freitas et al. (2012) que relata em pesquisa recente convidaram duzentos e cinquenta escolas para participar do esforço coletivo de desenvolvimento de avaliação institucional e apenas dez escolas se apresentaram.

Entretanto, apesar das pesquisas apontarem um número considerável de escolas que elaboram a avaliação institucional buscando apenas atender as exigências burocráticas; julgamos que a sua elaboração é indispensável como instrumento para viabilizar a aprendizagem dos alunos.

Os sistemas estaduais exigem a elaboração do PPP em períodos determinados de tempo. Conforme mencionado, a avaliação institucional (autoavaliação) deve fazer parte do PPP. Traçando um paralelo com o ensino superior, além da avaliação externa Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), foi criada em 2004, à Lei SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Esta lei obriga as instituições de ensino superior a criar uma comissão interna de avaliação, denominada CPA. A referida Lei estabelece todas as dimensões da instituição que devem ser avaliadas e encaminhadas ao Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Na Educação Básica, a avaliação institucional foi também recomendada no atual Plano Nacional da Educação aprovado em junho de 2014 (Brasil, 2014). Destacamos as seguintes estratégias do Plano:

7.3. constituir, em colaboração com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características de gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino. (BRASIL, 2014)

7.4 induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração do planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática. (BRASIL, 2014).

Consideramos que deve a mesma deva ser buscada pelos gestores, não meramente para atender à legislação, mas porque a avaliação institucional é fundamental e necessária para atingir os objetivos educacionais.

Portanto, a avaliação institucional, pode ter também um papel de mediação entre a avaliação de sistema e a avaliação da aprendizagem. Identificamos a necessidade da avaliação institucional, ou seja, o coletivo da escola, analisar os resultados da avaliação de sistema, debruçar-se sobre estes dados, validá-los e encontrar formas de encaminhamento ao professor, de modo a oferecer subsídios à avaliação em sala de aula.

Como nos relata Freitas et al. (2012, p.65), “o simples envio ou disponibilização de dados em um site não terá um mecanismo seguro de reflexão sobre os mesmos. Os dados podem ter legitimidade técnica, mas lhes faltará legitimidade política”.

Essa legitimidade política só será conquistada a partir da negociação com “os que fazem a escola”, ou seja, através dos vários atores que a compõem e constroem coletivamente sua avaliação institucional.

Em relação, a reflexão sobre os dados da avaliação de sistema, Brooke e Cunha (2015), informa que as Secretarias tentam suprir esta lacuna emitindo materiais informativos que tentam traçar um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos. Os autores destacam dois materiais: Boletins Pedagógicos e Relatórios.

Cabe explicitar o objetivo dos mesmos e a quem se destina:

a) Boletins Pedagógicos, que seguem um formato próprio para o consumo do professor e disponibiliza, em meio a informações padronizadas, resultados específicos da escola; e b-) Relatórios, destinados aos gestores, que resumem de forma mais técnica os resultados da rede. Juntamente com essas práticas de divulgação, observam diversas estratégias para formação continuada de professores com base nos resultados da avaliação para facilitar a compreensão dos Boletins ou remediar problemas comuns. (BROOKE; CUNHA, 2015, p.359).

Os autores informam ainda que mesmo com a evolução da qualidade dos Boletins Pedagógicos e em alguns casos, a criação de um dia específico para estudo coletivo do material devolutivo pela escola, “a divulgação dos resultados não redundava automaticamente na sua apropriação por parte dos professores”. (BROOKE; CUNHA, 2015, p.360)

Considerações Finais

Diante do exposto, consideramos um desafio, a reflexão dos resultados da avaliação de sistema pelos atores da escola em sua avaliação institucional objetivando a apropriação dos mesmos como subsídios aos professores em sala de aula. Este processo contribuiria para, a partir da análise aprofundada dos Boletins Pedagógicos, elaborar um diagnóstico e reorganizar as atividades, reorientar ações e rever os instrumentos utilizados na avaliação da aprendizagem.

Apesar da divulgação dos Boletins Pedagógicos contendo os resultados da avaliação de larga escala, o problema central segundo Brooke e Cunha (2015) reside nas inúmeras

dificuldades dos professores para entender as matrizes de referência dos testes, associá-los aos conteúdos ministrados e trabalha-los em sala de aula.

Os autores citados apresentam o chamado Monitoramento da Aprendizagem, como exemplo do que vem sendo realizado na cidade de Belo Horizonte/MG. Este processo compreende ações voltadas aos alunos como reforço escolar, bem como ações de formação docente, em que os professores recebem informação específica e acompanhamento constante da Secretaria Municipal de Educação. Mencionam ainda o PIP – Plano de Intervenção Pedagógica, que sendo realizado pela Secretaria da Educação do estado de Minas Gerais. (BROOKE; CUNHA, 2015)

Outras pesquisas recentes apontam este direcionamento da avaliação para o apoio pedagógico (SOARES, 2015; SANTOS; CIASCA, 2015; ARAÚJO E OLIVEIRA; SILVA, 2015; BARRETO, 2015; BAUER, 2015; SILVA; NUNES, 2015).

Finalizamos, parafraseando Freitas et al (2012), de que é a avaliação institucional que possibilita a legitimidade política dos dados disponibilizados na avaliação externa através da negociação entre “os que fazem a escola”. Destacamos que a ênfase neste estudo da avaliação institucional foi sob o ângulo da reflexão dos resultados da avaliação de sistema para monitorar/apoiar a aprendizagem dos alunos. Entretanto, ressaltamos a necessidade de outros indicadores qualitativos elencados pelo coletivo que contribua para o resgate da finalidade da escola, ou seja, que a avaliação institucional, propicie a reflexão “para além dos conteúdos”, buscando o desenvolvimento de valores, de consciência dos direitos e deveres, e da emancipação e autonomia dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO E OLIVEIRA, João Batista.; SILVA, Luiz Carlos Faria da. Para que servem os Testes de Alfabetização. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.365-374.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Formulação e Implementação das Políticas Públicas-Privadas: Impasse Democrático ou Mistificação Política? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n.100 - Especial, p. 899-919, out.2007.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de Currículo e Avaliação e Políticas Docentes. In: In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.375-380.

BAUER, Adriana. **Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.91 n.228, maio/ago. p.315-344, 2010.

BAUER, Adriana. Uso dos Resultados do SARESP e Formação de Professores: a visão dos níveis centrais. In: BROOKE, N.; ALVES, M.T.G.; OLIVEIRA, L.K.M. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.381-386.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 15/05/2017.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=25/04/2007> Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em 13/10/2015. Acesso em 15.05.2017.

BONAMINO, Alícia Catalano. **Tempos de avaliação educacional: O SAEB, seus agentes, referências e tendências.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do SAEB. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.110-122.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa.** São Paulo: v. 38, n.2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BROOKE, Nigel.; CUNHA, Maria Amália de A. A Avaliação Externa como Instrumento da Gestão Educacional nos Estados. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.359-364.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional: teoria e prática.** São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, Maria Estela Araújo. BELLONI, Isaura. Progestão: Módulo IX – **Como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretarias de Educação, 2001 – Reimpressão: São Paulo, 2004.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. Avaliação da aprendizagem: a obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. In: WERLE, F. O. C. (org.) **Avaliação em Larga escala foco na escola**. São Leopoldo: Oikos Editora; Brasília: Líber Livro, 2010, p.37-44.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p.965-987, out., 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas et al. **Avaliação Educacional** – caminhando na contramão. Petrópolis: Editora Vozes, 4.ed., 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Revista Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26. Maio, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação de Sistemas Educacionais do Brasil. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.39-45.

GROCHOSKA, Márcia. Andréia. **As contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar Retrospectivo sobre a Avaliação Externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAE de 2005. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.102-109.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Campinas: Vozes, 2013;

OLIVEIRA, Cleiton. **A municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal. 2011. 276 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

SANTOS, Francesca Danielle Gurgel dos; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. A Perspectiva do Acompanhamento Longitudinal da Aprendizagem dos Alunos do Ensino Médio através dos Resultados do SPAECE. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.354-358.

SANTOS, Uillians Eduardo; SABIA, Claudia Pereira de Pádua. Percurso histórico do Saesp e as implicações para o trabalho docente em sala de aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 26, p.354-385, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Vanessa Alves da; NUNES, Silma do Carmo. Plano de Intervenção Pedagógica: resultados e perspectivas sob o olhar da inspeção escolar. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.387-395.

SOARES, Sergei. Avaliação Educacional como Instrumento Pedagógico. In: BROOKE, Nigel.; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. (Orgs.) **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.350-353.

SOUSA, Sandra. Zákia de. Avaliação escolar: constatações e perspectivas. **Revista de Educação AEC**, Brasília: AEC do Brasil, ano 24, n.94, p. 59-66, jan./mar. 1995.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos- A tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para Reflexão em Torno do Projeto político Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A; RESENDE, L.M.G. (Orgs). **Escola: Espaço do projeto-político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998, p.9-32.

WERLE, Flavia Obino Corrêa. (Org.) **Avaliação em Larga escala foco na escola**. São Leopoldo: Oikos Editora; Brasília: Líber Livro, 2010.

SOBRE A AUTORA:

Claudia Pereira de Pádua Sabia

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Departamento de Administração e Supervisão (DASE). Vinculada ao Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia. E-mail: fsabia@uol.com.br ou claudia.sabia@unesp.br

 <http://orcid.org/0000-0001-8173-6420>

Recebido em: 04 de julho de 2018
Aprovado em: 17 de agosto de 2019
Publicado em: 17 de setembro de 2019